

# Discurso de abertura do VI Congresso Nacional da Andes pronunciado pelo prof. Newton Lima Neto — presidente

(I Parte: análise da conjuntura nacional)

A Realização deste nosso VI Congresso se dá em meio a uma grave crise do país, marcada pelo desgoverno econômico, pelo agravamento das condições de vida da maioria da população, pelo desprezo às questões sociais, em especial à Educação, que merece uma reflexão cuidadosa por parte dos colegas congressistas, representantes legítimos do coletivo dos professores do ensino superior brasileiro.

Hiperinflação, taxas de juros de 450% ao ano, arrocho salarial, escassez de gêneros, queda no saldo da balança comercial, manipulação de índices econômicos, explosão no preço de aluguéis e de imóveis, elevação de taxas de serviços e preços de combustíveis, e ampliação do conflito salarial via imposto de renda e compulsório, são marcas evidentes da crise, descredenciam qualquer acusação de pessimismo.

A política governamental conservadora em curso no Brasil pós Regime Militar procurou, com poderoso apoio dos meios de comunicação, convencer a opinião pública de que o Plano Cruzado em fevereiro, com o objetivo de conter o processo inflacionário, era a salvação nacional. Após 10 meses de Plano, tendo sofrido duas alterações de trajetória, ele faleceu, trazendo à tona um sentimento de grande engodo. Vivemos hoje uma situação inflacionária pior do que em fevereiro do ano passado, agravada pela crise de abastecimento e pelo consequente aparecimento do ágio, exercido às claras e com a complacência das autoridades governamentais.

Em que pese o fato da inflação haver baixado entre março e novembro, ter-se acelerado o crescimento econômico potencializando a expressiva vitória eleitoral alcançada pelo governo naquele mês e garantindo a maioria conservadora para a Constituinte, sabia-se desde o início, que o Pacote tinha problemas graves em se manter. Atacando apenas o componente inerencial da inflação, privilegiando os preços e, portanto, o lucro, em detrimento do salário, deixando de lado as raízes estruturais da crise econômica como a dívida externa, o déficit público, e os problemas do campo, era fácil, se imunizados ante a pútrida utopia avassaladora que tomou conta do país, perceber-se resultados econômicos efêmeros e objetivos políticos de fundo.

E nós, docentes universitários, desde a primeira hora, antevimos esse desfecho, alertando que os trabalhadores assalariados é que pagariam, no final, as contas.

Dito e feito. Após a vitória nas urnas o governo, coerente com sua forma de governar, sem ouvir a sociedade civil e o Congresso, decretou mais um Pacote: o Cruzado II. E o enterro definitivo do congelamento, que já andava combatido pelos efeitos do Cruzadinho e do ágio generalizando o consumo exacerbado — que na realidade mal chegou aos níveis de 1980.

Foi em vão. Desta vez todo o conjunto da classe trabalhadora cansada de ser ludibriada e encontrando disposição de suas lideranças, mesmo daquelas que se mantinha anteriormente recalcitrantes, disse basta e deflagrou a greve histórica do dia 12 em todo o país.

A extensão e significado da greve geral convocada pelas Centrais, Confederações e ANDES, efetivamente nacional e tendo paralizado expressivo contingente de trabalhadores em todo o Brasil, inclusive docentes universitários, mostrou que existe um potencial de mobilização



zação contra a continuidade de medida anti-populares, tomadas de forma antidemocrática e no interesse tão somente do Capital. Mistrou também que a Nova República reprime violentamente o movimento sindical e, como nos velhos tempos, prende e incrimina suas lideranças.

Agrava-se a situação econômica do país, a exigir medidas urgentes, na sua definição das quais preponderam políticas recessivas com arrocho de salários, fim do galho salarial e diminuição de verbas para serviços públicos essenciais.

Era fundamental, também, estacar as manifestações pela revogação do Cruzado II e pelo fim da sangria da dívida externa comprometendo a estratégia de definir com urgência uma nova Constituição de caráter conservador.

Levando em conta a greve, o governo de forma hábil, propôs um Pacto, logo rebatizado de entendimento. Logo depois da trégua e que se mostrou nada mais do que uma tentativa de alcançar uma capitulação da classe tra-

balhadora obtendo ao mesmo tempo alguma avalização popular para as medidas antipopulares que estava inclinada a tomar.

Querem, governo e empresários, em troca de um insignificante reajuste no salário mínimo e sem a suspensão dos processos aos quais estão submetidos várias lideranças sindicais por sua atuação no dia 12, um realinhamento de preços, o fim do galho e principalmente, atar as mãos dos trabalhadores, cercando-os quanto ao seu legítimo direito de greve, impedindo-os de intervir em forma mobilizada na Constituinte. Não obstante uma parte das lideranças dos trabalhadores, terem acreditado na disposição do governo e empresários a negociações efetivas, a trégua não saiu. Assim sendo, novo pacote que deverá ser, se já não estiver sendo neste momento, decretado, constitui a expressão das intenções reais do governo Sarney. Cabe à ANDES, no nosso entendimento, como vem fazendo de forma determinada, continuar trabalhando para a unificação, na luta, do Movimento Sindical, para que o movimento avance e potencialize vitórias importantes para o conjunto dos trabalhadores.

No plano político, a Constituinte era, para a maioria da população brasileira, uma esperança de aprimoramento do ordenamento jurídico das relações entre as diversas classes sociais do Brasil, avançando no sentido de propiciar melhores condições de vida, trabalho, educação, saúde e participação política aos trabalhadores brasileiros. Assistimos, na entanto, a um enorme e premeditado esvaziamento do debate sobre a nova Constituição, iniciado no momento que se reduziu a Constituinte que o Movimento Popular reivindicava, às dimensões de um Congresso Constituinte. Prosseguiu com o atrelamento das eleições para constituintes às de governadores de Estado, com o abuso do poder econômico permitido e com uma legislação eleitoral premiada de injustiça. O grande debate nacional tão prometido e que deveria indicar as transformações das políticas sociais de fundo da ditadura, foi remetido para comissões de especialistas, controladas pelo Executivo, despriorizado na pauta de discussão sobre 15 de novembro tanto pela maioria das candidatas como pelos meios de comunicação de massa.

Presenciamos, revoltados, a organização do capital industrial, agrário, pecuarista e bancário, investindo enormes somas para garantir grande representação na Constituinte Congressional e, conseqüentemente alguma legitimidade política à exploração econômica.

Mesmo nesse quadro adverso, deveremos continuar lutando para interferir na Constituinte. Temos, a partir do último CONAD uma plataforma educacional ampla e progressista, precisando ainda ser complementada por outra relativa à Ciência, Tecnologia, Cultura e Arte. Como forma de articulação com outros movimentos sociais organizados, devemos levar em frente a construção do Fórum Nacional sobre Educação, Tecnologia, na Constituinte, criando um espaço independente de discussão e formação de um amplo leque de apoio à uma constituinte mais próxima das reais aspirações da maioria população brasileira. O Movimento Docente tem encontro marcado com estas lutas na Constituinte Congressional. Para elas é fundamental nos prepararmos neste nosso VI Congresso.

## CONAD Extraordinário

Brasília — de 20 a 24/3

**TEMA 1: Questões setoriais: Federais, Estaduais e Particulares**

**TEMA 2: Plataforma da Constituinte (conclusão)**

Temário aprovado no VI Congresso da ANDES

